

Orgulho republicano

eleição presidencial

WILSON FIGUEIREDO

A mão do tempo é que vai deslindar no tecido dos municípios o que é estadual e o que é federal. Mas só em 2002. Puxar o fio da meada municipal que enrolou 5.559 vagas de prefeitos e 367 mil candidatos a vereador numa panelada eleitoral não é atribuição para computador. Quem vai pagar dois anos depois a conta que não fecha?

O julgamento político pode ter se disfarçado para não ser reconhecido nas urnas eletrônicas. Fica para depois que as causas reais forem identificadas pelas conseqüências. Há prioridades políticas que não dependem da vontade humana nem pedem licença. A sucessão presidencial não se desculpa por chegar antes da hora ou atrasar-se.

Não vai ser fácil devolver a reeleição ao lugar de onde nunca devia ter sido tirada. Era um dos orgulhos da República resistir à invejada prática americana. A relação entre vantagens públicas e custos políticos da reeleição deixou muito a desejar. Inclusive no que diz respeito ao primeiro reeleito. Do aspecto sobrenatural ficaram impressões digitais na crise cambial do primeiro mês. A impopularidade caiu como um raio sobre o segundo mandato.

A novidade não correspondeu ao esperado mas os testes criaram uma expectativa febril por toda parte. O que é bom para os Estados Unidos raramente pode ser bom para o Brasil, como se viu. Não falta quem passou a pensar em reeleger-se, antes de eleger-se. Quem sonha com eleição, qualquer delas, pode acumular com a reeleição.

Nem todos que resistiram à emenda e à reeleição de Fernando Henrique estão dispostos a arregaçar as mangas para retirá-la. Não parece fácil – e não será – mandar a reeleição às urtigas. Tasso Jereissati, dos mais assediados pela mosca azul presidencial, considera aceitável a taxa de 50% para reeleitos. Não deve ser mera coincidência essa proporção registrada entre governa-

dores e prefeitos. Para outros, soa como bofetada na face da democracia. Se a metade consegue é porque ficou fácil. Para se fazer respeitar, não podia ser fácil. As pesquisas de opinião não reconheceram antecipadamente metade dos prefeitos digna de reeleição. É só conferir para trás. Alguns eles aprontaram.

Mas é questão de ponto de vista. Afinal, continua insolúvel a questão: uma garrafa de uísque consumida até o meio está metade vazia ou metade cheia? A reeleição de metade dos 5.559 prefeitos foi uma enormidade. Dispensa qualquer outro argumento. Não pode ser cota fixa. Um quarto, um quinto, melhora alguma coisa? O melhor é acabar com a reeleição e voltar ao mandato de cinco anos para presidente. Os outros arranjem-se como puderem.

A sucessão presidencial volta ao destaque óbvio por falta de iniciativa que a suplante. O PT se sente (e tem sido reverenciado como tal) o grande vencedor da eleição municipal. Cresceu, e cresceu para valer politicamente, não apenas pelas vantagens mas também pelas conseqüências, assim que couberem. Sobretudo eleitoralmente.

A euforia da vitória expulsa a razão. É febre da qual não se sabe a causa. E não é obrigatoriamente grave. Assim, depois que os aplausos amainaram, a figura (com melhor aparência) de Luis Inácio da Silva retomou a sua especialidade de bordar cedo a candidatura e manter-se à frente das intenções de votos até a palavra ser concedida às urnas. A sucessão presidencial acaba de ser oficializada do lado oposicionista, com Lula anunciando – como tenor oficial – a abertura de conversas com Leonel Brizola e Itamar Franco à procura de candidatura viável pela oposição. O método é o de sempre.

Lula se mantém tolerante em termos domésticos mas quando conversa fora é outro. Acaba sendo o candidato por falta de outro. Mas não reconhece legitimidade em quem se elege contra ele. Faz questão de denunciar irregularidade em elei-

ção cujo resultado não corresponde ao que esperava. Apadrinha a possibilidade de eleger Benedita da Silva, prefeita ou governadora, pela circunstância de ter sido favelada e tratar favelados como categoria social e política suficiente. Para a classe média, Bené deixou de ser favelada mas jamais deixará de ser ex-favelada.

Ao partir com dois anos de antecedência rumo à quarta candidatura consecutiva, Lula dá a impressão de estar saindo cedo para garantir lugar privilegiado nas pesquisas. Sem contar a rejeição que faz sombra à preferência. Quantas sucessões presidenciais houver, tantas contarão com ele. Não interessa mandato parlamentar nem de governador. Muito menos de prefeito. Quando diz que não, leia-se sim. Os dois, Leonel & Itamar, aos quais quer abrir a sucessão (e não o coração) vão ouvi-lo com paciência mas sabendo de antemão que a candidatura única da oposição não será de qualquer deles, mas do próprio Lula.

Se for possível chegar a um candidato único pela esquerda, o PT terá de desistir de impor – pela condição de maior força eleitoral da oposição – e de rejeitar indicações de outros partidos. Sem vetar quem, não sendo de esquerda, atenda ao que a sociedade vai querer especificamente de um candidato. A candidatura é que seria de esquerda, pelas legendas que a apresentassem. Os dois anos disponíveis são suficientes para a aferição do potencial político do eleitorado de 108 milhões, ao qual a classe média dará o tom social definitivo quando chegar a vez. Não funciona mais a ameaça de proletarianização da classe média, cansada da ladainha. Ela quer ascender, e não descer. A esquerda nunca viveu (ou aproveitou) oportunidade com tanto fervor histórico, como agora. E nunca teve uma unidade leal, sem segundas intenções de deixar para trás, no exercício de governo, os aliados naturais que o poder transforma em inimigos preferenciais por escolha.